CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 26/09

Reajustes impactam em R$ 11 mi

COFRE PÚBLICO Efeito será nas contas deste ano e diz respeito à concessão de data base a servidores dos tribunais de contas do Estado e dos Municípios e Assembleia Legislativa; TCE cria gratificação

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

A Assembleia Legislativa derrubou, ontem, veto do governo que impedia o pagamento de data base para os servidores da Casa. O projeto foi aprovado em julho, mas barrado pelo governador José Eliton (PSDB) no mesmo mês. O reajuste é de 2,07%, mesmo valor de reajuste dos salários dos servidores dos tribunais de contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM), cujos projetos também estavam na pauta de ontem, mas não foram apreciados. Os aumentos são retroativos a maio e, somados, devem impactar as contas públicas em aproximadamente R$ 11 milhões neste ano.

Data base é a data anual em que servidores recebem, por lei, o reajuste referente ao ano anterior. Os aumentos valem para servidores ativos, inativos e pensionistas e, nos casos aprovados recentemente ou em tramitação, os maiores impactos dizem respeito à Assembleia e TCE. Na primeira, o reajuste impacta em R$ 5,8 milhões neste ano e R$ 8,7 milhões em 2019; já no TCE, R$ 3,4 milhões em 2018 e R$ 5,1 milhões no próximo exercício.

No projeto enviado à Assembleia, inclusive, o TCE também inseriu a criação de uma gratificação que deve aumentar os gastos com pessoal do tribunal em mais R$ 127 mil mensais até dezembro, resultando em despesas de R$ 1 milhão no ano.

Trata-se da Gratificação por Exercício da Atividade de Controle Externo (Gesce). O projeto não relata quantos servidores receberão o bônus, somente diz que será destinado "aos servidores efetivos lotados nas unidades vinculadas à Secretaria de Controle Externo e que possuam nota na avaliação de desempenho igual ou superior a 900 pontos".

Em nota, o TCE explica que "não há como dizer exatamente quantos servidores receberão a gratificação uma vez que ela está condicionada" à avaliação de desempenho, cuja nota varia de 0 a 1000. Atualmente, segundo o tribunal, existem 98 servidores efetivos lotados na Secretaria de Controle Externo e unidades subordinadas. Até o fechamento da reportagem, não houve resposta em relação a quando a avaliação de desempenho será realizada.

A justificativa do projeto diz que tal mudança visa estimular os servidores que atuam no controle externo, atividade que "vem se tornando cada vez mais complexa e os profissionais que militam na área precisam acompanhar esta evolução". "Por isso, é preciso atrair e manter, no âmbito do controle externo, servidores efetivos, qualificados e motivados para desempenharem adequadamente suas atividades", relata o texto.

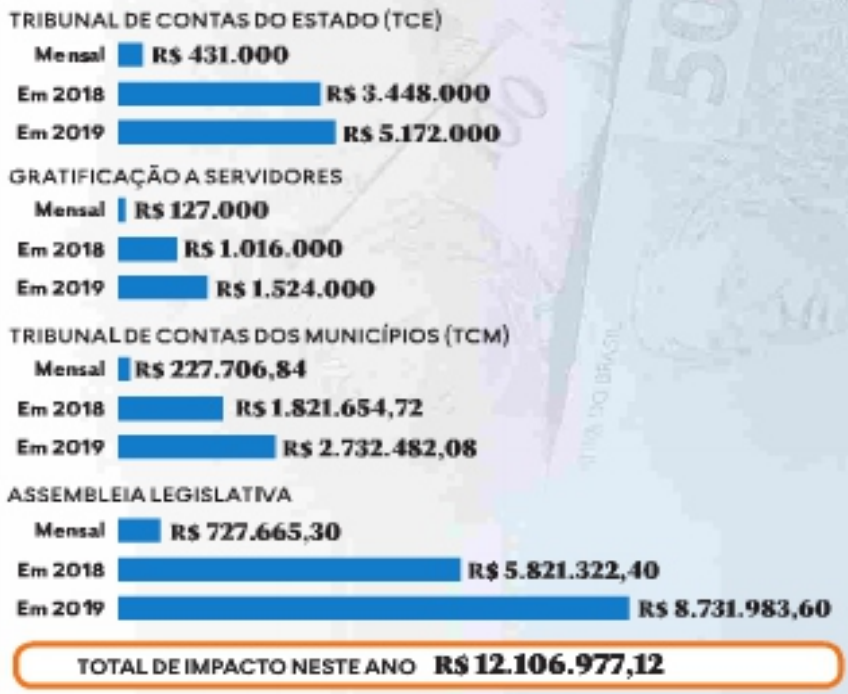
Marcos Kennedy



Plenário da Assembleia Legislativa na tarde de ontem: deputados derrubaram vetos do governador

Impactos

Veja em quanto a concessão de data base de 2,07%, retroativo a maio deste ano, deve impactar o orçamento estadual no ano que vem; TCE cria gratificação para servidores



OUTROS REAJUSTES

O projeto de reajuste do TCE chegou à Assembleia em julho e o do TCM em agosto. Nenhum dos dois foi votado em plenário. Se aprovado, o impacto na alteração salarial do TCM deve ser de R$ 1,8 milhão neste ano e de R$ 2,7 milhões em 2019.

Os índices dos reajustes de 2,07% foram definidos, segundo as justificativas dos projetos, de acordo com a "desvalorização do poder aquisitivo da moeda" e explica que a perda é "medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)."

Em maio, o mesmo índice foi aprovado pelos deputados para a data base dos servidores ativos e inativos do Ministério Público de Goiás (MP-GO). No projeto enviado à Casa não consta o impacto financeiro do reajuste. Em julho, a folha de pagamento dos servidores do MP-GO fechou em R$ 18,8 milhões.

QUEM RECEBE

Os reajustes do MP-GO foram apenas aos servidores do órgão, não valendo para procuradores e promotores. Isto é, não valem para os membros do MP. Na Assembleia, o reajuste não vale para os deputados estaduais, assim como, no caso dos tribunais de contas do Estado e dos Municípios, não será recebido pelos conselheiros dos órgãos. Este possuem regimes e tratamentos diferentes.

> *"Como vai se iniciar no início de outro mandato (emendas impositivas), é melhor. E os benefícios são para o povo"*
>
> **José Vitti (PSDB), presidente da Assembleia**

Orçamento Impositivo é aprovado em primeira votação

Com maior dificuldade de quórum desde o início da campanha eleitoral, em agosto, a Assembleia Legislativa conseguiu, ontem, quórum qualificado pela primeira vez no mês para votar a PEC do Orçamento Impositivo. Passou com 29 votos favoráveis. O projeto já havia sido colocado em pauta outras duas vezes em setembro. Debatido há anos na Casa, o tema foi assunto de discussão intensa no fim do ano passado, mas o governo se posicionou contra e o assunto sequer chegou a ser votado. Agora, com proposta da mesa diretora, o projeto conseguiu ir a plenário e passou em primeira votação ontem. Se aprovado em segunda votação hoje, o governo passa a ser obrigado, a partir de 2019, a pagar as emendas parlamentares apresentadas pelos deputados estaduais, que terão 1,2% da receita corrente líquida prevista para o ano que vem para destinar a emendas. Pelo projeto, 70% do valor das emendas deverá ser destinado a ações de educação e saúde. Ao POPULAR, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Vitti (PSDB), diz que "é um momento histórico e emblemático para a Assembleia". "Havíamos tentado aprovar antes, mas não havia como mudar a regra no meio do jogo. Agora, como vai se iniciar apenas no ano que vem, no início de outro mandato, é melhor. E os benefícios são para o povo", diz ele, se referindo às propostas anteriores que tentaram aprovar o orçamento impositivo para valer já a partir deste ano. Questionado se haverá quórum hoje para aprovar o projeto em segunda votação, o líder do governo, deputado Francisco Oliveira (PSDB), afirma que foi feito um novo "apelo". "A base quer votar, então não teremos problemas", diz.

O POPULAR 26/09

POLÍTICA

Sessão conturbada aprova IPSM

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL Votação chegou a ser interrompida após ovos serem jogados no plenário; presidente do instituto prevê alívio das contas

Larissa Quixabeira
larissa.quixabeira@opopular.com.br

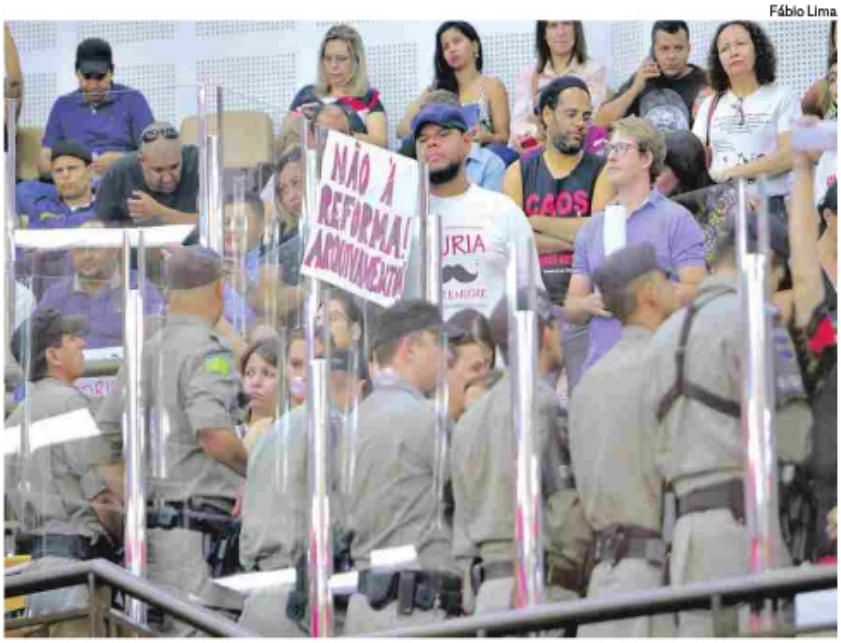
A Câmara Municipal de Goiânia aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLC) 31/2018 que prevê a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia. O texto foi aprovado com 23 alterações e sob fortes protestos de servidores que lotaram as galerias do plenário.

Pelo que foi aprovado, a prefeitura vai extinguir os Fundos Previdenciários I, II, III e IV e substituí-los por dois novos fundos. O Fundo II, que é superavitário, será convertido no Fundo Previdenciário (FunPrev). Os demais farão parte do Fundo Financeiro (FuFin), que não conta com poupança e hoje recebe aporte do Tesouro de até 75% para quitar as contas com os beneficiários. A Prefeitura poderá transferir beneficiários do FuFin para o FunPrev perante o financiamento desses custos com os recursos advindos da dívida ativa e da doação de áreas.

Apesar das mais de 20 emendas, parte dos servidores permanece insatisfeita com o que foi aprovado. "Foram acatadas muitas emendas, mas a essência do projeto continua a mesma. A Prefeitura não paga o que deve aos servidores e agora querem ter acesso à nossa única poupança que é o Fundo II", disse a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima.

De acordo com cálculos da própria Prefeitura, entre janeiro e junho, foi retirado do Tesouro, em média, R$ 31,2 milhões por mês para cobrir o déficit previdenciário. "O grande efeito para os servidores é que agora temos garantia de que todos receberão suas aposentadorias e pensões. Existia um risco imediato de não se fazer o pagamento e agora passam a ter uma poupança", defendeu o presidente do IPSM, Silvio Fernandes.

Fábio Lima



Servidores lotaram as galerias e manifestaram contra a aprovação da matéria; dois foram detidos

VOTAÇÃO

A segunda aprovação pelo plenário da Câmara Municipal teve os mesmos 18 votos favoráveis da primeira, mas com uma mudança. Na primeira sessão, o projeto foi aprovado com o voto de desempate do presidente Andrey Azeredo (MDB). Desta vez, a base aliada ao prefeito Iris Rezende (MDB) obteve maioria com o voto do vereador Emilson Pereira (Podemos), que antes tinha votado pela rejeição.

A grande polêmica em plenário foi a lista com 38 áreas públicas municipais que a Prefeitura coloca no projeto como passíveis de serem doadas. Vereadores de oposição questionam a presença de duas áreas no Setor Sítio Recreio Caraíbas que teriam sido desafetadas para alienação sob forma de permuta ainda em 2012. A Prefeitura diz que as áreas foram desafetadas, mas nunca permutadas, apresentando registro cartorário de setembro de 2018 comprovando que as áreas ainda pertencem à Prefeitura. Diante do impasse, a oposição apresentou destaque para a retirada das áreas do projeto.

Quando a base aliada conseguiu os 18 votos necessários para a aprovação do projeto principal, servidores que acompanhavam a votação das galerias jogaram ovos no plenário. Houve confusão e dois servidores foram detidos e levados para a central de flagrantes. Eles seriam ouvidos pelos crimes de injúria e desacato a autoridade.

Diante do episódio, o presidente Andrey Azeredo encerrou a votação e a sessão ordinária. Apenas Jair Diamantino (DC) registrou voto contrário ao projeto. Porém, como a votação do destaque não tinha sido realizada, Andrey voltou à mesa pouco depois, reabriu a sessão e o colocou em votação. Vereadores de oposição entenderam que a sessão foi encerrada e reaberta de maneira irregular e se recusaram a votar. Apenas os mesmos vereadores que tinham votado pela aprovação do projeto concordaram em votar o destaque, que foi rejeitado por 18 votos a 0.

O que muda com a aprovação do projeto

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Goiânia (IPSM) passa a se chamar Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia (GoiâniaPrev)

Ficam extintos os Fundos Previdenciários I, II, III e IV. No lugar, ficam estabelecidos:

FUNDO FINANCEIRO (FUFIN)

Responsável pelo custeio dos benefícios previdenciários dos servidores que...

- Tenham sido admitidos como servidores efetivos do município de Goiânia até 30 de abril de 2002
- Tenham nascido após 31 de dezembro de 1954.

Fontes de financiamento

- Contribuições dos servidores, aportes financeiros e demais doações previstas em orçamento

FUNDO PREVIDENCIÁRIO (FUNPREV)

Responsável pelo custeio dos benefícios previdenciários dos servidores que...

- Tenham sido admitidos como servidores efetivos do município de Goiânia depois de 30 de abril de 2002
- Tenham nascido até 31 de dezembro de 1954
- Tenham aderido à previdência complementar independentemente da idade e data de admissão

Fontes de financiamento

- Contribuições dos servidores, aportes financeiros e demais doações previstas em orçamento
- Ativos imobiliários e seus rendimentos, produto decorrente de privatizações e alienações de ações que o município possa no capital de empresas e recursos advindos da amortização de financiamentos imobiliários e eventualmente realizados pelo GoiâniaPrev

Com a nova lei, a Prefeitura vai custear, por meio de recursos da dívida ativa e da doação de áreas, a transferência de beneficiários do FuFin, hoje deficitário, para o FunPrev

Emendas alteram projeto da Prefeitura

A Comissão de Trabalho e Servidores Públicos acrescentou 23 alterações ao PLC da reforma da previdência. A principal delas, em relação ao aumento de alíquotas de contribuição dos servidores. A primeira versão do projeto previa elevação gradativa dos atuais 11% para 14%, com aumentos de 1% ao ano até 2021.

Com a mudança, a contribuição permanecerá em 11%. "Houve um entendimento que isso precisava ser esclarecido melhor. Vamos conversar em outro momento essa questão da alíquota", avisou o presidente do IPSM, Silvio Fernandes. "Se existe um déficit, medidas têm que ser tomadas para sanar esse déficit e a principal medida é o aumento da alíquota. Historicamente vem se apontando esse déficit. Esse aumento deveria ter sido feito lá atrás", disse.

> *"Houve um entendimento. Vamos conversar em outro momento essa questão da alíquota"*
>
> **Silvio Fernandes, presidente do IPSM**

Os vereadores da comissão também promoveram a supressão do artigo 62, que abria brecha para possível congelamento das aposentadorias; do inciso VIII do artigo 122, que poderia dificultar a obtenção de pensão por viúvos e viúvas. Além disso, foram acrescentadas regras especiais de aposentadoria para guardas civis municipais e coveiros do município.

As outras 19 alterações já haviam sido acrescentadas ao projeto pelo próprio prefeito na CCJ, em concordância com sugestões propostas pelo Conselho Municipal de Assistência Previdenciária (CMAP). O texto agora vai para sanção do prefeito.

Questionada sobre as alterações, a assessoria da Prefeitura de Goiânia disse que a tendência é que todas as emendas sejam acatadas, mas informou que elas ainda passarão por avaliação técnica da Procuradoria e do Gabinete Civil para crivo sobre a legalidade.